

ELEIÇÕES 2010: RELIGIÃO E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL E NO BRASIL

*Ari Pedro Oro*¹
*Ricardo Mariano*²

Resumo: O artigo efetua um balanço da presença de candidatos a cargos eletivos nas eleições de 2010 que se apresentaram publicamente enquanto religiosos ou representantes, oficiais ou não, de organizações religiosas, no Rio Grande do Sul. Investiga igualmente a instrumentalização mútua entre política e religião verificada na campanha presidencial, o aguerrido ativismo político da ala católica conservadora e de dirigentes pentecostais para impor ao vencedor do pleito suas exigências morais e religiosas, para defender seus respectivos candidatos e para atacar severamente os adversários.

Palavras-chave: religião; política; Rio Grande do Sul; Brasil; eleições 2010.

Abstract: The article provides an overview of the presence of candidates for elective posts in the 2010 elections who present themselves as religious candidates or as representatives, appointed or not, of religious organizations, in Rio Grande do Sul state. It also investigates the mutual instrumentalization of politics and religion found in presidential campaign, the embattled political activism of the conservative Catholic wing and of Pentecostal leaders to impose the winner of the election their moral and religious requirements, to defend their respective candidates and strongly attack your opponents.

Keywords: religion; politics; Rio Grande do Sul; Brazil; 2010 elections.

No Brasil, mas não somente em nosso país, o “tempo da política” constitui um momento de expressão pública do religioso. A cada pleito eleitoral despontam candidaturas de autoridades religiosas e de pessoas que instrumentalizam eleitoralmente sua identidade religiosa a cargos eletivos, em especial para os legislativos. Da mesma forma, costuma-se verificar uma verdadeira romaria de candidatos laicos à procura do apoio eleitoral de líderes

¹ Professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Professor do Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

e organizações religiosas, preferencialmente das portadoras de maior capital religioso e, possivelmente, eleitoral.

Tal situação se reproduziu nas eleições majoritárias de 2010, mas num grau ainda mais acentuado do que nas eleições anteriores. A mobilização católica e evangélica foi impressionante. A campanha para a Presidência da República foi pautada fortemente por líderes e grupos católicos e evangélicos ao longo de boa parte do pleito.

O artigo está dividido em duas partes. A primeira apresenta os candidatos das denominações religiosas que se lançaram a cargos eletivos para as câmaras legislativas no Rio Grande do Sul, aponta seus vínculos religiosos e partidários, sua votação e a compara com sua performance eleitoral passada. A segunda parte analisa a instrumentalização mútua entre religião e política nas eleições presidenciais.

RELIGIÃO E ELEIÇÕES 2010 NO RIO GRANDE DO SUL

Nas eleições 2010 no Rio Grande do Sul, nenhum dos candidatos a governador, vice-governador e senador acionou e expressou publicamente seu pertencimento religioso³. Nenhum deles politizou, portanto, sua identidade religiosa. Isto não significa, de forma alguma, que eles tenham deixado de busca apoio junto a lideranças e organizações religiosas. O candidato Tarso Genro, por exemplo, em agosto, recebeu o apoio oficial de cerca de 50 pastores da Assembléia de Deus, em Cachoeirinha, que atuam em mais de 250 cidades gaúchas; em 11 de setembro, o petista se reuniu com mais de cem pastores da Igreja Mundial do Poder de Deus; em 21 de setembro esteve em Gramado num congresso da Igreja Brasil para Cristo, que reuniu mais de 900 pastores no Hotel Serra Azul. José Fogaça, prefeito de Porto Alegre, que obteve a segunda colocação na corrida ao Piratini, participou, em 16 de

³ Recordo que concorreram nove candidatos ao Piratini e ao Senado Federal. Tarso Genro, da aliança Unidade Popular, venceu as eleições ao executivo estadual no primeiro turno, com 54,35% dos votos. Para o Senado foram eleitos Paulo Paim (PT) e Ana Amélia Lemos (PP).

setembro, de cerimônia de inauguração do novo templo da igreja Bola de Neve, no bairro Sarandi, em Porto Alegre, evento que contou com cerca de mil pessoas. Para se restringir somente aos três candidatos mais votados ao Piratini, Ieda Crusius, governadora do Estado e terceira colocada na disputa, compareceu a um encontro da Igreja Universal no Gigantinho e conquistou o apoio de lideranças do Partido Republicano Brasileiro (PRB), tido como “espécie de braço eleitoral da Igreja Universal do Reino de Deus” (Jornal Zero Hora, 11/10/2010, p. 10). Em 8 de setembro, Ieda compareceu à cerimônia do ano novo judaico, na Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência, em Porto Alegre.

Tais informações, embora incompletas, visam mostrar que os candidatos a cargos eletivos não desconsideraram, de forma alguma, em suas campanhas, o potencial eleitoral detido pelas organizações religiosas, sobretudo as evangélicas. Como mostraram outros pesquisadores, esta situação é recorrente em todo o Brasil (Burity, 1997; Sanchis, 1991; Mariano, Hoff e Dantas, 2006).

O Tribunal Superior Eleitoral homologou o pedido de 626 registros de candidaturas à Assembléia estadual do Rio Grande do Sul e de 314 registros para a Câmara Federal. Foram eleitos 31 candidatos à Câmara Federal e 55 para a Câmara Estadual. Para a Câmara Federal, as candidaturas de religiosos se restringiram a cinco. Nenhum deles logrou êxito. A tabela a seguir sintetiza os dados.

Tabela I – Candidatos religiosos do Rio Grande do Sul à Câmara Federal

Nome	Denominação	Posição	Partido	Votação	Situação
Valdir Canal	IURD	Pastor	PRB	64.732	Não eleito (2. Suplente)
Ronaldo Nogueira	Assembléia de Deus	Pastor	PTB	59.379	Não eleito (2. Suplente)
Gauchinho de Deus	Internacional da Graça	Musico gospel	PSC	48.791	Não eleito (3. Suplente)
Getulio Vargas	Batista Betel	Pastor	PSC	17.057	Não eleito
Elias Vidal	Adventista	Pastor	PPS	11.368	Não eleito
Total				201.327	

Observa-se, em primeiro lugar, que os candidatos religiosos a deputado federal pertencem exclusivamente ao campo evangélico. São dois pastores da Assembléia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus, um cantor gospel da Internacional da Graça de Deus, um pastor da Batista Betel e outro da Adventista do Sétimo Dia. Repetiu-se, portanto, nestas eleições o que ocorreu em 2006 no Rio Grande do Sul, quando as candidaturas de religiosos à Câmara Federal restringiram-se ao segmento evangélico.

Na eleição de 2006, o bispo Paulo Roberto, da Igreja Universal, concorreu pelo PTB e elegeu-se com 84.125 votos. Já nas eleições deste ano, pela primeira vez a IURD no Rio Grande do Sul não logrou eleger seu representante oficial para a Câmara Federal. O pastor e atual vereador em Porto Alegre Valdir Canal, que recebeu 64.732 votos, ficou na segunda suplência da coligação. Os quase 20 mil votos a menos que obteve, comparados aos votos obtidos pelo candidato da IURD em 2006, foram decisivos para seu malogro.

Em segundo lugar, o candidato da Assembléia de Deus alcançou votação expressiva, 59.379 votos, obtendo a segunda suplência da coligação. Pastor e vereador de Carazinho, Ronaldo Nogueira havia sido candidato à Câmara Federal em 2006, obtendo 21.558 votos. Naquela eleição, concorreu com outros cinco candidatos que expressaram publicamente vínculos com a Assembléia de Deus, o que resultou na pulverização de votos nos candidatos assembleianos. Nenhum deles conseguiu eleger-se, nem mesmo o pastor Milton Cardias, eleito à Câmara Federal em 2002, com 40.829 votos. Embora a Assembléia de Deus tenha assegurado o pastor Ronaldo Nogueira como candidato oficial da denominação em 2010, a elevada votação que obteve não logrou conduzi-lo a Brasília, em razão da baixa votação angariada por sua legenda.

Em terceiro lugar, chama a atenção o número, não menos expressivo, de votos recebidos pelos candidatos do Partido Social Cristão (PSC): o cantor gospel Gauchinho de Deus e o pastor Claudio Getulio Vargas, da Igreja Batista Betel. O primeiro se identifica como membro da Igreja

Internacional da Graça de Deus, mas foi batizado na Assembléia de Deus. Gauchinho de Deus foi candidato a vereador de Porto Alegre em 2006, quando obteve apenas 3.818 votos. No pleito atual, angariou 48.791 votos.

Segundo Joana Morato, Gauchinho de Deus é:

“uma pessoa pobre de São Luiz Gonzaga, que trabalhava na plantação de arroz com a família; contudo tinha o sonho de ser cantor. Assim como milhares de brasileiros foi tentar a sorte em São Paulo; diante das dificuldades se agarrou na fé e na palavra de Deus; hoje tem uma estabilidade financeira e uma dupla com irmão de música gospel reconhecida no meio evangélico brasileiro” (Morato, 2010).

Getulio Vargas, pastor da igreja Batista Betel e atual presidente do PSC-RS, candidatou-se pela primeira vez neste ano, obtendo 17.057 votos, insuficientes para eleger-se. Esta foi a primeira vez que os candidatos do Partido Social Cristão obtiveram votação elevada no Rio Grande do Sul. O mesmo desempenho ocorreu no Brasil: o PSC foi o partido que elegeu o maior número de deputados federais evangélicos.

O pastor e teólogo adventista Elias Vidal concorreu a deputado federal pelo PPS, alcançando 11.368 votos. Atualmente ele é vereador em Porto Alegre, eleito em 2008. Em 2006, concorreu à Assembléia Legislativa, também pelo PPS, quando obteve 15.866 votos, mas não conseguiu se eleger. Na última eleição, portanto, obteve menos votos do que na anterior.

Reiteramos que os cinco candidatos referidos expressaram publicamente a sua condição religiosa por ocasião da campanha eleitoral e contaram com o apoio das instituições religiosas a que pertencem. Sabe-se, entretanto, que o deputado gaúcho reeleito pela terceira vez à Câmara Federal, Onyx Lorenzoni, é membro da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil. Porém, não consta que ele tenha acionado a sua condição religiosa na campanha e que radique na Igreja a sua base eleitoral.

Segue, abaixo, os nomes dos candidatos religiosos e a votação que receberam para deputado estadual do Rio Grande do Sul.

Tabela II – Candidatos religiosos à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul

Nome	Igreja	Posição	Partido	Votação	Situação
Carlos Gomes	IURD	Pastor	PRB	59.144	Eleito
Jurandir Maciel	AD	Pastor	PTB	29.564	Não eleito (1. Suplente)
Oseas Costa	AD	Pastor	PTB	15.851	Não eleito
Elizabeth Vargas	AD	Fiel	PMDB	13.136	Não eleito
João de Deus	AD	Pastor	PR	8.993	Não eleito
João Ferreira	AD	Pastor	PDT	8.597	Não eleito
Ricardo Melo	AD	Pastor	PTB	1.953	Não eleito
Celso Moraes Filho	Quadrangular	Pastor	PTB	26.495	Não eleito (3. Suplente)
Claudio Conceição	Batista Filadélfia	Fiel	DEM	9.059	Não eleito
Paulo Moreira	Mundial do Poder de Deus	Pastor	PTB	8.040	Não eleito
Total				180.832	
Marlon Santos	Espiritismo	Médium	PDT	33.174	Não eleito (1. Suplente)
Pedro da Oxum	Batuque	Babalorixá	PTB	14.006	Não eleito
Tony	Batuque	Babalorixá	PTB	540	Não eleito
Vera soares	Batuque	Ialorixá	PT	2.530(?)	Não eleita
Total				50.250	

A tabela revela que somente um pastor evangélico foi eleito para a Assembléia Legislativa no Rio Grande do Sul. Trata-se da re-eleição do pastor Carlos Gomes, da Universal, que concorreu em 2006 pelo PPS e elegeu-se

com 66.454 votos⁴. Assim, se, para a Câmara Federal, o partido (PRB) e a igreja (IURD) não lograram eleger o pastor e vereador Valdir Canal, para a Assembléia Legislativa a denominação manteve a tradição de quase vinte anos de indicar um candidato oficial, concentrar nele toda a campanha eleitoral e lograr sua eleição.

Outras denominações evangélicas, como Assembléia de Deus e Quadrangular, elegeram, nos últimos vinte anos, dois ou três deputados egressos de suas fileiras (Oro, 2007). Porém, ambas fracassaram em 2006 e em 2010. No mínimo cinco pastores e uma fiel se declararam candidatos e membros da Assembléia de Deus. Alguns deles foram apoiados oficialmente por sua cúpula pastoral. Outros se lançaram candidatos por conta própria, sem respaldo denominacional. O resultado foi, tal como ocorreu na eleição anterior e para a Câmara Federal, a pulverização dos votos e a não eleição de nenhum deles. O candidato da Quadrangular recebeu votação elevada, mas também não teve melhor sorte. O candidato da Batista Filadélfia, Claudio Conceição, já havia concorrido a deputado estadual em 2006, quando obteve 5.681 votos. Na última eleição conseguiu ampliar em mais de quatro mil votos sua votação anterior, mas os votos adicionais foram insuficientes para elegê-lo. O representante da Igreja Mundial do Poder de Deus obteve somente 8.040 votos. Fundada por dissidentes da Universal, a Mundial adotou a mesma estratégia política de sua progenitora: sua cúpula indicou um candidato oficial e fez pesada propaganda junto aos fiéis para votarem nele.

Na disputa para uma vaga à Assembléia Legislativa, distintamente do que ocorreu na competição eleitoral para a Câmara Federal, quatro membros de religiões mediúnicas candidataram-se a deputado estadual: um médium e terapeuta espírita e três líderes afro-religiosos.

Marlon Santos já tinha sido eleito deputado estadual na legislatura de 2002-2006. Antes disso, fora vereador em Cachoeira do Sul, onde alcançou fama como renomado curandeiro espírita. Nessa cidade, atendia, em estado

⁴ Carlos Gomes deixou o PPS em 3 de setembro de 2009 e se filiou ao PRB. Na ocasião, o presidente estadual do PRB-RS era o vereador porto-alegrense Waldir Canal, que concorreu em 2010, sem lograr êxito, a uma vaga na Câmara Federal.

de transe, todos os sábados entre 800 e 1.200 pessoas que o procuravam em busca da cura.⁵ Não se reapresentou como candidato na eleição de 2006. Em 2010, tentou retornar à Assembléia Legislativa, mas ficou na primeira suplência do PDT.

Outros três candidatos do campo mediúnico provêm das religiões afro-brasileiras. Tony de Oxala é líder da federação Afro-Conesul e já havia se candidato a deputado estadual pelo PTB em 2006, quando obteve apenas 1.731 votos. Em 2010, não conseguiu angariar nem um terço dos votos colhidos na eleição anterior. Vera Soares, mãe-de-santo e militante do movimento negro há 25 anos, não concorreu pela primeira vez. Em 2004 e 2008 tentara vaga na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, sempre pelo PT, obtendo 623 votos na primeira tentativa e 1.910 votos na segunda. Em 2010, vinculou sua imagem a seu ativismo no movimento negro. Sua candidatura foi parcialmente impugnada pelo TSE, por isso não se sabe o número de votos que obteve. Estima-se que recebeu em torno de 2.530 votos.

O terceiro candidato afro-religioso é o pai-de-santo Pedro da Oxum Docô, que concorreu pelo PTB e alcançou pouco mais de 14 mil votos. Sua votação foi expressiva, já que nunca alcançada antes por um babalorixá no Rio Grande do Sul⁶. No seu caso, como Daniel De Bem e Rodrigo Leistner revelam em artigo neste volume do *Debates do NER*, sua performance eleitoral contou com os dez anos de atividade na mídia televisiva, sua constante presença na internet, nas quais obteve elevada visibilidade pública no Estado. Sua votação, porém, foi insuficiente para assegurar uma

⁵ Em abril de 2003, disse o então parlamentar: “trabalho em estado de transe, que possibilita que a entidade espiritual (que já passou pela terra) atue por intermédio do mediador (ele próprio), auxiliando as pessoas que buscam o atendimento. No meu caso, entro em um transe completo, que inviabiliza minha consciência, pois, se eu ficar consciente, acabo atrapalhando o trabalho da entidade”. E completou: “Entro em transe às oito horas da manhã, paro ao meio-dia, volto à uma hora da tarde e fico até quando tem gente para atender” (Oro, 2007, p. 588).

⁶ Em eleições anteriores para as Câmaras Federal, Estadual ou para o legislativo da capital gaúcha, os líderes das religiões afro-brasileiras que se candidataram dificilmente conseguiram superar três mil votos.

cadeira. Os votos faltantes devem-se a “obstáculos internos e externos” ao campo afro-religioso, como destacam Daniel de Bem e Rodrigo Leistner. Decorrem especialmente da histórica e endêmica rivalidade entre os líderes deste segmento religioso, existente no Rio Grande do Sul em particular e no Brasil em geral (Prandi, 1991; Oro, 2010)⁷.

Duas observações mais para encerrar esta primeira parte. Ao compararmos o total de votos obtidos pelos candidatos evangélicos à Assembléia legislativa do Estado nas eleições de 2006 e de 2010, observa-se que eles receberam quase 18 mil votos a menos no último pleito (180.832 contra 198.248 votos em 2006). Já os candidatos evangélicos para a Câmara Federal colheram quase 10 mil votos a mais do que no pleito de 2006 (201.327 votos contra 192.811 votos em 2006). Para tanto, foi crucial a inédita votação obtida pelos candidatos filiados ao PSC, um membro da Igreja Internacional da Graça, outro da igreja Batista Betel. A maior votação para a Câmara Federal em 2010 não garantiu, porém, a eleição de nenhum dos candidatos evangélicos do Estado. Situação distinta do que ocorreu na disputa para a Assembléia Legislativa. Apesar da redução total de votos alcançados pelos candidatos evangélicos, um deles elegeu-se, por meio da recondução do pastor e deputado Carlos Gomes, da IURD (Oro e Schoenfelder, 2006)⁸.

⁷ Neste sentido, dois dias após a eleição de 3 de outubro, Jayro Pereira de Jesus, presidente da ATRAI (Associação Nacional de Teólogos e Teólogas da Religião de Matriz Africana e Afro-Indígena), divulgou um e-mail intitulado “Os adeptos da religião afro e as eleições gerais: uma observação”. Nele relata que andou por todo o país e observou um número significativo de candidatos oriundos do campo afro-religioso, algo “como nunca antes visto no Brasil”. Porém, devido a rivalidades entre os agentes religiosos e por se “venderem por qualquer coisa”, o resultado final foi que “nenhum dos candidatos assumidamente comprometidos com o segmento populacional de adeptos da Religião de Matriz Africana e Afro-Indígena foram eleitos”. Enquanto isto, prossegue, “os/as candidatos evangélicos, pentecostais, neo-pentecostais e carismáticos foram eleitos e com margens expressivas de votos”. Enfim, atribui ao próprio meio afro-religioso a sua derrota eleitoral, ou seja, à falta de ética e moral e ao tipo de práticas sociais. Por isso, segundo ele, “da forma como vem procedendo, os adeptos afros não precisam de inimigos externos”.

⁸ O campo mediúnicol colheu mais votos nas eleições atuais do que em 2006 para a Assembléia Legislativa. Foram 30.023 votos contra 47.720 nas eleições atuais. Em ambas as eleições, porém, não elegeram nenhum representante.

Em segundo lugar, em outros trabalhos havíamos levantado a hipótese de que vigorava neste Estado certo desencanto no meio pentecostal em relação à política partidária. Isso ocorria devido ao fato de que a principal motivação de seu ingresso nesse terreno, a moralização da política, não somente não estava ocorrendo como os próprios parlamentares evangélicos estavam se envolvendo, sobretudo no Congresso Nacional, em escândalos e sendo acusados de práticas de fisiologismo e corrupção. Essa “ressaca moral dos evangélicos”, cujo ápice foi o escândalo das sanguessugas, que, em 2006, envolveu quase a metade da bancada evangélica no Congresso Nacional (Mariano, Hoff e Dantas, 2006), anunciava um fraco interesse das denominações pentecostais em se mobilizarem visando à eleição de seus representantes a cargos eletivos (Oro, 2010). Esta hipótese parece ter sido confirmada no Rio Grande do Sul, embora no resto do país as primeiras análises mostram que a “bancada evangélica” no Congresso Nacional aumentou em relação à legislatura passada. Seriam hoje 63 deputados federais evangélicos (Zero Hora, 8/10/2010, p. 10) contra 40 eleitos em 2006 e 60 em 2002.

O aumento significativo de deputados evangélicos eleitos para a Câmara Federal no último pleito relaciona-se, em parte, com questões de ordem moral, como a descriminalização do aborto e o casamento entre homossexuais, que estiveram em pauta nos debates travados nas campanhas à Presidência da República, mobilizando os candidatos, suas coligações partidárias, dirigentes católicos e evangélicos, como segue.

ELEIÇÃO PRESIDENCIAL: A INSTRUMENTALIZAÇÃO MÚTUA ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA

Os pentecostais são assediados por partidos e candidatos e participam das eleições presidenciais desde o início da redemocratização. Em 1989, apoiaram intensamente a candidatura de Fernando Collor no segundo turno para impedir a vitória de Lula, porque avaliaram que um eventual governo petista/comunista acabaria com a liberdade religiosa, perseguiria os evan-

gêlicos, transformaria suas igrejas em supermercados e privilegiaria a Igreja Católica (Mariano e Pierucci, 1992). Em 1994, o pentecostalismo constituiu o grupo religioso que mais rejeitou a candidatura de Lula à Presidência, em 1994 (Pierucci e Prandi, 1996). Em 1998, mantiveram o discurso persecutório e demonizaram o petista, ainda que de modo menos enfático. Em compensação, desde 1989 Lula beneficiou-se de sua proximidade pessoal e partidária com católicos das Comunidades Eclesiais de Base e simpáticos à Teologia da Libertação e angariou algum apoio entre protestantes históricos, costurado pelo Movimento Evangélico Progressista (MEP).

Auxiliados pelo amplo desgaste do governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2002, pela primeira vez Lula e o PT obtiveram apoio de denominações pentecostais, incluindo a Igreja Universal. O que ocorreu apenas no segundo turno, pois, no primeiro, nada menos que 51,3% dos evangélicos votaram no ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho, presbiteriano rejeitado abertamente pelos católicos, que lhe confiaram somente 6% de seus votos (Bohn, 2004, p. 323). José Serra (PSDB) pleiteou e obteve apoio pentecostal, sobretudo de lideranças da Assembléia de Deus.

A conquista do voto evangélico constituiu uma das prioridades da campanha presidencial petista em 2006. Para tanto, Lula, após aprofundar relações com esse segmento religioso no primeiro mandato, participou de reuniões e eventos públicos com evangélicos, formou comitês para atraí-los, pediu-lhes votos e orações, prometeu estabelecer um “canal direto” e ampliar as parcerias na área social do governo federal com suas comunidades religiosas (Mariano; Hoff; Dantas, 2006, p. 66). Em sua quinta disputa à Presidência, o petista, além de conseguir barrar a candidatura Garotinho, ampliou consideravelmente sua base eleitoral nesse meio religioso, conquistando apoios da Igreja Universal e da Convenção Nacional das Assembléias de Deus no Brasil (Conamad). Por isso, o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, pessoalmente afinado com setores católicos mais conservadores (sendo, inclusive, alvo de uma onda de boatos de que seria membro da Opus Dei), teve menor margem de manobra para disputar o apoio pentecostal do que Serra em 2002.

Foi, porém, na eleição presidencial de 2010 que a influência e o poder de dirigentes, grupos e movimentos católicos e pentecostais sobre os principais candidatos atingiram o ápice. Esses religiosos conseguiram agendar, mobilizar e pressionar consideravelmente as campanhas, estratégias e propostas eleitorais de Dilma Rousseff e José Serra. O peso da religião e de questões de natureza moral e religiosa sobre a esfera pública brasileira revelou-se de forma contundente nesta eleição.

Dentre os três principais postulantes à Presidência da República, apenas a ex-ministra do meio ambiente Marina Silva (PV) sustentava publicamente uma identidade religiosa havia anos. Dilma Rousseff (PT), ex-ministra da Casa Civil, assumiu a fé católica somente durante a campanha. Durante a campanha, Marina enfrentou resistências por pertencer a uma minoria religiosa, enquanto Dilma sofreu forte oposição religiosa por parte de lideranças católicas e evangélicas moral e politicamente conservadoras. Por isso, cada qual criou estratégias para reduzir a rejeição eleitoral por motivos religiosos. O ex-governador José Serra (PSDB) apresentou-se como católico e, a partir do final do primeiro turno, desencadeou forte ofensiva religiosa contra a candidata governista. Começamos pela ex-petista.

MARINA SILVA, A CANDIDATA PENTECOSTAL E LAICA

A ex-senadora e ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, missionária da Assembléia de Deus, carregou o ônus de pertencer a um grupo religioso minoritário e relativamente sectário, barreira eleitoral considerável numa eleição majoritária nacional com dois turnos. Imediatamente após a oficialização de sua candidatura, um grupo de militantes do PV e o presidente do Grupo Gay da Bahia romperam com o partido, acusando-o de abandonar as bandeiras da legalização do aborto e da união civil de homossexuais, tidas como históricas na agremiação partidária.⁹ Diante de resistências partidárias, da imprensa e de parte do eleitorado, Marina manteve-se na defensiva em matéria religiosa durante todo o primeiro turno. Para desancar a pecha de

⁹ *Folha de S. Paulo*, 22 de maio de 2010.

“pessoa limitada, reacionária e conservadora”, preconceitos dos quais reclamou ter sido vítima por “professar a fé cristã evangélica”¹⁰, estrategicamente, defendeu a laicidade do Estado brasileiro e opôs-se à tomada de posturas religiosas sectárias na esfera pública em relação ao aborto e aos direitos de homossexuais. Em detrimento de suas posições pessoais a respeito desses temas, defendeu a realização de um plebiscito sobre a descriminalização do aborto, declarou que não se oporia à união civil de homossexuais, caso fosse aprovada pelo Congresso Nacional e frisou que não propusera o ensino do criacionismo nas escolas públicas ao lado da teoria da evolução.

Ao longo da campanha, Marina reuniu-se com pastores e líderes de igrejas, discursou em púlpitos, concedeu entrevistas a emissoras de rádio e sites evangélicos.¹¹ Apesar de toda sua peregrinação religiosa, não obteve apoio de nenhuma grande denominação. Suas principais estratégias eleitorais consistiram em comprometer-se a não misturar religião e política – mesmo que discursando, paradoxalmente, em púlpitos evangélicos – solicitar a seus *irmãos* que não satanizassem os candidatos “que não partilham a mesma fé em Deus” e, por diversas vezes, sustentar que “somos um Estado laico”.¹² Defendeu-se de acusações de instrumentalizar eleitoralmente sua religião e da suspeita de que iria privilegiar os evangélicos ou discriminar outras religiões. Percebida por muitos como integrante de uma minoria religiosa “fundamentalista”, tratou de zelar pela laicidade estatal como forma de assegurar e demonstrar que seria imparcial em matéria de disputa religiosa como candidata e eventual governante. Por outro lado, sua identidade religiosa beneficiou-a eleitoralmente junto aos evangélicos, eleitorado que empenhou-se em conquistar e que lhe concedeu votos em proporção superior à totalidade de sua votação.

¹⁰ *Folha de S. Paulo*, 16 de outubro de 2010; *Época*, 11 de outubro de 2010.

¹¹ *Folha de S. Paulo*, 26 de abril de 2010.

¹² <http://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes/marina+silva+participa+de+culto+da+assemblia+de+deus/n1237644313681.html> Acesso em 07/06/2010.

DILMA ROUSSEFF: A CANDIDATA RELIGIOSAMENTE ACOSSADA

Desde que foi indicada por Lula para sucedê-lo, Dilma procurou aproximar-se de dirigentes católicos e evangélicos, visando inibir preconceitos frente à sua militância de esquerda, sua orientação marxista e sua atuação em guerrilha contra a ditadura na juventude e remir-se de seu suposto “déficit” religioso. Dentre os principais candidatos à Presidência, foi, de longe, a que mais se empenhou em obter a aprovação e a evitar a rejeição eleitoral de grupos religiosos. Começou sua peregrinação religiosa em alto estilo, quando, em 13 de novembro 2008, tomou parte na cerimônia de assinatura da concordata entre a Santa Sé e o Estado brasileiro, realizada no Vaticano. Em 2009, participou de diversos cultos, festas e eventos católicos e pentecostais, reuniu-se com os bispos do Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, esteve em missa na basílica do Senhor do Bonfim, em Salvador, na procissão do Círio de Nazaré, em Belém, na cerimônia de sanção presidencial da lei que criou o Dia Nacional da Marcha para Jesus e, ainda, discursou em púlpitos carismáticos e pentecostais, nos quais citou e leu a Bíblia. Em 2010, as articulações e concessões religiosas da candidata petista ampliaram-se muito mais.

Logo no primeiro semestre, Dilma viu-se constrangida a reformular o discurso sobre sua fé e sua pertença religiosas. Tornou-se premente para a petista assumir uma identidade católica depois que a imprensa desencavou e passou a citar trechos de entrevista que ela concedeu à revista *Época* em 2007, na qual, então sem quaisquer pretensões eleitorais, a ministra revelou-se agnóstica. Indagada sobre a existência de Deus, respondeu: “Eu me equilibro nessa questão. Será que há? Será que não há?”. Em fevereiro, já como pré-candidata, porém ainda inexperiente em disputas eleitorais e incauta quanto à vigorosa pressão religiosa que viria a pesar sobre sua candidatura, asseverou não dispor de uma religião específica, mas crer “numa força maior que a gente”. Em maio, constrangida pelas crescentes exigências religiosas aos postulantes a postos políticos majoritários no Brasil, declarou ser “antes de tudo, cristã” e, em seguida, católica.¹³

¹³ *Folha de S. Paulo*, 13 de maio de 2010.

Pragmática, para não desagradar evangélicos e católicos, a ministra ordenou, em janeiro, à Secretaria de Promoção da Igualdade Racial o adiamento do anúncio do Plano Nacional de Proteção à Liberdade Religiosa, que prevê a legalização fundiária de imóveis ocupados por centros de umbanda e candomblé e até seu tombamento.¹⁴ No mesmo mês, no dia 15, em reação ao III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) emitiu nota opondo-se à descriminalização do aborto, ao casamento homossexual, à adoção de crianças por casais gays e considerou “intolerante” a proposta de vetar a ostentação de símbolos religiosos em repartições públicas da União. A reação católica não parou aí. No dia 28, 67 bispos, reunidos no Rio de Janeiro, assinaram documento contra o III PNDH.¹⁵ Diante da radical oposição da CNBB ao documento, Lula propôs sua revisão, mantendo a defesa genérica do aborto como questão de saúde pública, mas suprimindo trecho que se referia à “autonomia das mulheres para decidir sobre seus corpos”.¹⁶ Em 12 de maio, data em que a CNBB recomendou aos fiéis votarem “em pessoas comprometidas com o respeito incondicional à vida”, o presidente, principal cabo eleitoral de Dilma, recebeu comissão da entidade e assegurou que modificaria a parte do III PNDH referente à descriminalização do aborto e retiraria do texto a proibição à ostentação de símbolos religiosos em prédios públicos da União, o que de fato ocorreu.¹⁷

O estratégico recuo presidencial, porém, foi insuficiente para aplacar os fortes descontentamentos católicos com o III PNDH e as desconfianças em relação à candidata governista que, instada diuturnamente pela imprensa, passou a defender a manutenção da legislação em vigor sobre o aborto, o tratamento médico a mulheres que recorrem ao aborto, problema que, a seu ver, deve ser tratado como questão de saúde pública e não como caso de

¹⁴ <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,dilma-adia-legalizacao-de-terreiros-para-evitar-crise,499192,0.htm>

¹⁵ Foram diversas as reações católicas contra o III PNDH, como revela o seguinte site católico: <http://www.brasilpelavida.org/bpv/materias.php?TXID=43>

¹⁶ *Folha de S. Paulo*, 12 de janeiro de 2010.

¹⁷ *Folha de S. Paulo*, 13 de maio de 2010.

polícia. O problema é que a imprensa revelou que a ex-ministra defendera, de forma taxativa, a descriminalização do aborto em 2007, alegando ser uma questão de saúde pública, posição semelhante, em boa medida, à sustentada pelo PT e pelo III PNDH. Isso bastou para que bispos e carismáticos católicos lançassem campanha aberta contra a candidata petista. Inicialmente, o golpe mais incisivo foi dado em 19 de julho, quando D. Luiz Gonzaga Bergonzini, bispo de Guarulhos, emitiu carta, publicada no site da CNBB e de lá retirada pouco depois, recomendando aos católicos que não votassem em Dilma porque seu partido defendia a legalização do aborto e ratificava o III PNDH. Em 26 de agosto, bispos da Regional Sul 1 da CNBB, de São Paulo, lançaram nova ofensiva contra a petista, recomendando aos fiéis que dessem seu voto somente para candidatos contrários à descriminalização do aborto. Posteriormente, D. Aldo Pagotto, arcebispo da Paraíba, em vídeo no *Youtube*, acusou Dilma e o PT de tentarem implantar uma “cultura de morte” no país.¹⁸ Dirigentes católicos criaram ainda duas grandes oportunidades para pressionar e emparedar os candidatos à Presidência, organizando dois debates eleitorais. Dilma faltou ao debate promovido pelas TVs Aparecida e Canção Nova em 23 de agosto, mas compareceu ao que a CNBB realizou em 23 de setembro.

Frente ao manifesto anti-Dilma do bispo de Guarulhos, o ex-seminarista Gilberto Carvalho, chefe do gabinete da Presidência da República, foi escalado por Lula para reaproximar Dilma da Igreja Católica e dirimir seu desgaste com os eleitores católicos. Na articulação com a ala católica mais conservadora, a candidata contou também com o auxílio do deputado federal Gabriel Chalita (PSB/SP), católico carismático e apresentador de programas na TV Canção Nova, que intermediou contatos com dirigentes eclesiais, concedeu entrevistas para dirimir os boatos, ciceroneou-a em missas, reuniões e eventos católicos. Ao mesmo tempo, a candidata, que tivera êxito em recrutar o PSC para sua coligação, legenda que, como já foi dito acima, elegeu o maior número de deputados federais evangélicos para a próxima legislatura, participou de reunião em julho para receber apoio

¹⁸ *Folha de S. Paulo*, 12 de outubro de 2010.

de 15 denominações evangélicas, entre elas Igreja Universal, Sara Nossa Terra, Renascer em Cristo, Convenção Nacional das Assembléias de Deus no Brasil, cujo líder, bispo e deputado federal Manoel Ferreira (PR/RJ), coordenou a campanha governista entre os evangélicos.

Nos meses seguintes, contudo, ampliou-se e acirrou-se a campanha de oposição à candidatura governista na internet e em templos, orquestrada por dirigentes católicos e evangélicos. Acusaram-na de ser a favor do aborto, de satanismo, de apoiar o PL 122/2006, em tramitação no Senado e de autoria da petista Iara Bernardi (PT/SP), que criminaliza a homofobia e que, para muitos desses religiosos, irá restringir severamente a liberdade religiosa e de expressão no país. Um dos *hits* da cruzada moral e religiosa contra a petista foi o vídeo do pastor batista Paschoal Piragine, de Curitiba, transmitido no *Youtube*, que alcançou mais de três milhões de acessos, no qual critica o PT, orienta os fiéis a não votar em Dilma e alerta para o risco de a vitória da petista referendar a descriminalização do aborto. No início de outubro, padre José Augusto, durante a homilia, exibida em programa da TV Canção Nova, pediu aos fiéis que não votassem em Dilma e no PT. A coligação da petista pediu ao TSE direito de resposta de 15 minutos na referida TV para responder aos ataques contra sua candidata.¹⁹

Os estrategistas e marqueteiros da campanha governista perceberam muito tardiamente os estragos eleitorais causados pela radical oposição religiosa à candidatura petista. Nos quatro dias finais do primeiro turno, partiram para o contra-ataque a fim de estancar a sangria e tentar revertê-la. Efetuaram reunião de emergência com duas dezenas de líderes evangélicos e católicos no escritório do Lago Sul, em Brasília. Bispos, padres, pastores e políticos religiosos assumiram o compromisso de ajudar a debelar a boataria e gravaram depoimentos em vídeo desmentindo as acusações morais e religiosas contra a petista, que foram exibidos no site do PT. Durante a reunião, Dilma reclamou da onda caluniosa de boatos, desmentiu que tivesse dito que nem Jesus Cristo lhe tiraria a vitória no primeiro turno, reiterou ser contrária ao aborto e comprometeu-se a não propor mudança

¹⁹ *O Globo*, 7 de outubro de 2010.

da legislação atual sobre o aborto.²⁰ Em carta publicada na internet em 29 de setembro, Edir Macedo, aliado do governo e cabo eleitoral da petista, defendeu-a sobre a questão do aborto. No último dia do horário eleitoral gratuito, Dilma comprometeu-se novamente a “respeitar a fé, as religiões e as convicções das pessoas, de respeitar a vida na sua dimensão plena”.²¹ Em 1 de outubro, em ato simbólico para reforçar sua “catolicidade”, participou de cerimônia de batismo de seu neto na catedral de Porto Alegre.

A onda de acusações religiosas, de todo modo, surtiu efeito. Pesquisas do Ibope revelaram que, entre 26 de agosto e 23 de setembro, a intenção de voto dos evangélicos em Dilma caiu de 49% para 42%, oito pontos abaixo de sua média no conjunto do eleitorado, e sua rejeição saltou de 17% para 28% nesse segmento religioso. A cruzada religiosa anti-Dilma beneficiou os adversários: entre os evangélicos, Serra avançou de 21% para 31% e Marina, de 13% para 18%. Os sete pontos perdidos pela petista entre os evangélicos, segundo cálculos de institutos de pesquisa, representaram em torno de 1,4 ponto percentual do total do eleitorado, cifra que, embora pequena, colaborou para levar a eleição ao segundo turno.

Por isso, no dia seguinte ao primeiro turno, decidiu-se reforçar o ativismo de lideranças religiosas na campanha petista para aplacar a onda de “falsidades, calúnias e difamações”, das quais Dilma considerou-se vítima.²² No segundo turno, questões relativas à descriminalização do aborto e à “defesa da vida”, em especial, mas também referentes à união civil e ao casamento de homossexuais e à liberdade religiosa, todas associadas ao III Plano Nacional de Direitos Humanos e ao projeto de lei que criminaliza a homofobia (PL 122/2006), contestados radicalmente por católicos e evangélicos, tornaram-se temas centrais nas campanhas eleitorais de ambos os candidatos e objeto de destaque na imprensa escrita, nos meios de comunicação e em redes sociais na internet. Nesse momento, a aflição era tamanha entre os dirigentes petistas que o secretário de comunicação do partido,

²⁰ *Folha de S. Paulo*, 30 de setembro de 2010.

²¹ *Folha de S. Paulo*, 1 de outubro de 2010.

²² *Folha de S. Paulo*, 4 de outubro de 2010.

André Vargas, reconheceu ter sido “um erro ser pautado internamente por algumas feministas”, sinalizando uma possível revisão da posição partidária na questão da descriminalização do aborto.²³

Num primeiro momento, Dilma ficou na defensiva, acuada pelo crescente poder de católicos e evangélicos conservadores na esfera pública, tentando esquivar-se e defender-se de acusações e boatos religiosos. Em seguida, a petista pôs a “tropa de choque” de deputados e senadores evangélicos para atuar na rua, na mídia eletrônica e nos templos para, conforme o senador batista Walter Pinheiro, “desdizer as baixarias lançadas contra Dilma na internet e impedir que a eleição vire uma guerra santa”.²⁴ A tropa evangélica era composta, entre outros, por Manoel Ferreira (PR/RJ), Magno Malta (PR/ES), Marcelo Crivella (PRB/RJ), Everaldo Pereira (PSC), Walter Pinheiro (PT/BA), Gilmar Machado (PT/MG), Wasni de Rouri (PT/DF), Eduardo Cunha (PMDB/J), Filipe Pereira (PSC/RJ), Benedita da Silva (PT/RJ), Anthony Garotinho (PR/RJ), Robson Rodovalho (PP/DF). Empenhados na missão de resgatar a aliada da avalanche de acusações, asseverou Pinheiro, fizemos “declarações públicas e ações de marketing”, “falamos com padres católicos, com líderes de várias religiões”, “fomos a quase todas as capitais” e “distribuimos quase 40 milhões de cópias da mensagem de Dilma sobre religião”.²⁵ Outro exemplo significativo do reforço religioso na campanha petista foi o socorro dado por Frei Betto, que apoiou Marina no primeiro turno, assegurando, em texto publicado na *Folha de S. Paulo*, que ela “é pessoa de fé cristã, formada na Igreja Católica”.²⁶ Em outubro, dirigentes católicos e evangélicos divulgaram diversos depoimentos e manifestos no país e pela internet, defendendo a petista da onda de calúnias e boatos religiosos.

Coube a Dilma a obrigação de ter de realizar nova peregrinação religiosa no segundo turno. Para tanto, encontrou-se com líderes evangélicos, participou de missas, festas e procissões católicas. No primeiro dia da propaganda eleitoral, a candidata comprometeu-se a defender “nossos valores

²³ *Folha de S. Paulo*, 5 de outubro de 2010.

²⁴ *Folha de S. Paulo*, 8 de outubro de 2010.

²⁵ *Folha de S. Paulo*, 9 de novembro de 2010.

²⁶ *Folha de S. Paulo*, 10 de outubro de 2010.

mais sagrados” e teve uma foto sua exibida com a cabeça coberta por um véu e posando ao lado do papa Bento XVI no Vaticano.²⁷ Em visita ao santuário de Aparecida na véspera do feriado da padroeira, Dilma, ladeada por Gilberto Carvalho e Gabriel Chalita, declarou ter desenvolvido uma “devoção especial por Nossa Senhora Aparecida, por circunstâncias recentes em minha vida”, aludindo, provavelmente, ao câncer que enfrentou no ano anterior.²⁸ Na segunda semana de outubro, em reunião com a coordenação da campanha, 51 representantes de igrejas evangélicas aproveitaram a fragilidade da campanha petista nos planos moral e religioso para cobrar pessoalmente de Dilma o compromisso de assegurar a liberdade religiosa, de vetar qualquer projeto aprovado pelo Congresso Nacional “contra a vida e os valores da família”, de rejeitar o casamento homossexual, o projeto de lei que criminaliza a homofobia, a adoção de crianças por casais homossexuais, a regulamentação da função de profissionais do sexo.²⁹ Este foi o momento em que lideranças e políticos evangélicos dispuseram do maior poder de influência e pressão sobre a petista e os dirigentes da campanha durante toda a disputa presidencial. E não titubearam. Fizeram exigências diversas.

A campanha da candidata governista já havia lançado, no primeiro turno, um jornal informativo, de oito páginas, intitulado “Ao Povo de Deus”, destinado aos eleitores evangélicos, contendo o encarte com “Treze motivos para o cristão votar em Dilma Rousseff” e depoimentos de lideranças pentecostais. Apesar disso, diante da escalada de acusações e das novas exigências religiosas, a campanha petista emitiu nova Mensagem específica para o eleitorado religioso moralmente conservador. Nela, Dilma afirmou ser pessoalmente contra o aborto, comprometeu-se a não tomar a iniciativa de “propor alterações de pontos que tratem da legislação do aborto e de outros temas concernentes à família e à livre expressão de qualquer religião no país”, declarou que o III PNDH estava sendo revisto e que, se eleita, não promoveria “nenhuma iniciativa que afronte a família”, assegurou que, se o

²⁷ *Folha de S. Paulo*, 9 de outubro de 2010.

²⁸ *Folha de S. Paulo*, 12 de outubro de 2010.

²⁹ *Folha de S. Paulo*, 15 de outubro de 2010.

projeto que criminaliza a homofobia for aprovado no Senado, o texto será sancionado “nos artigos que não violem liberdade de crença, culto e expressão e demais garantias constitucionais”.³⁰ As concessões da petista, porém, não foram tão longe a ponto de comprometer-se a vetar a descriminalização do aborto, caso seja aprovada pelo Congresso.

JOSÉ SERRA, O CANDIDATO DO “BEM” E DA MORAL CRISTÃ TRADICIONALISTA

Tal como fizera em 2002 e noutros pleitos eleitorais, José Serra realizou intensa campanha para atrair o apoio de católicos e de dirigentes pentecostais. Em pré-campanha, no início de maio, obteve o apoio público de pastores e discursou para dezenas de milhares de evangélicos reunidos em Camboriú, Santa Catarina, durante o 28º Congresso Internacional de Missões, evento acusado de receber financiamento de 540 mil reais dos governos do Estado e da Prefeitura, ambos administrados pelo PSDB.³¹ O tucano foi também a Juazeiro do Norte, Ceará, terra de padre Cícero. No final de maio, foi à inauguração de centro de apoio comunitário da Canção Nova, em Cachoeira Paulista.³² No início de junho, participou de missa de *Corpus Christi* no santuário do Padre Marcelo Rossi, leu a Bíblia, rezou, cantou e comungou. Nesse momento, sua campanha já havia estabelecido a estratégia eleitoral de acenar bandeiras conservadoras e de direita, ao enfatizar a liberdade religiosa, o direito à vida e à propriedade, para cativar religiosos, empresários e produtores rurais.³³ No início de setembro, Serra foi a Expo Cristã, feira de produtos evangélicos realizada em São Paulo, evento em que aproveitou para exibir sua religiosidade e, indiretamente, espinafrar a candidata petista: “Os valores de Cristo são os meus. Eu não sou Cristão de boca de urna, para

³⁰ *Folha de S. Paulo*, 15 de outubro de 2010.

³¹ *Folha de S. Paulo*, 3 de maio de 2010.

³² *Correio Braziliense*, 23 de maio de 2010.

³³ *Folha de S. Paulo*, 26 de abril de 2010.

agradar eleitores e no dia seguinte esquecer o assunto”, afirmou.³⁴ Em seu périplo religioso, reuniu-se com o arcebispo de Salvador e cardeal primaz do Brasil, D. Geraldo Majella Agnelo, em 20 de setembro.³⁵ A seis dias do primeiro turno, recebeu o apoio do televangelista Silas Malafaia, que se afastou de Marina Silva, acusando-a de dissimular suas idéias sobre aborto e união civil de homossexuais.³⁶ Antes disso, o candidato tucano já havia conquistado o apoio de dirigentes da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, a maior agremiação assembleiana do país. Posteriormente, angariou apoio de líderes da Igreja Mundial do Poder de Deus e da Bola de Neve. O último programa da propaganda eleitoral do tucano no primeiro turno exibiu-o lendo a Bíblia para uma eleitora.

Com a decisão eleitoral postergada para o segundo turno, a campanha de oposição radicalizou o apelo ao eleitorado moral e politicamente conservador. Serra opôs-se à descriminalização do aborto, passou a manipular uma retórica religiosa maniqueísta do bem contra o mal e a mostrar-se cada vez mais ferrenhamente comprometido com a moralidade cristã tradicionalista. A primeira propaganda eleitoral do segundo turno apresentou Serra “temente a Deus”, defensor dos “valores da família” e dos “valores cristãos”, homem público que “sempre condenou o aborto”, exibiu a imagem de seis mulheres grávidas e o candidato prometendo “cuidar dos bebês mesmo antes que nasçam”.³⁷

Nesse momento, Índio da Costa (DEM/RJ), candidato a vice-presidente da chapa tucana, foi encarregado de arregimentar e articular o apoio de líderes religiosos a Serra e uniformizar o discurso a ser pregado nas igrejas para associar Dilma à descriminalização do aborto e para atemorizar o rebanho pentecostal com o risco de possível aprovação do III PNDH e do PL 122/2006, caso a petista fosse eleita.³⁸ O fato é que a questão do aborto e

³⁴ *Correio Braziliense*, 8 de setembro de 2010.

³⁵ *O Globo*, 7 de outubro de 2010.

³⁶ *Folha de S. Paulo*, 28 de setembro de 2010.

³⁷ *Folha de S. Paulo*, 9 de outubro de 2010.

³⁸ *O Globo*, 7 de outubro de 2010.

do PL 122/2006, que propõe a criminalização da homofobia³⁹, tornaram-se armas de combate da campanha tucana. Atento aos temores evangélicos sobre um possível cerceamento de sua liberdade religiosa resultante da aprovação do referido projeto de lei, em maio Serra fora peremptório em defender que o Estado não deve legislar sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo em cerimônias religiosas. No início de outubro, Índio da Costa seguiu o exemplo de seu mentor, rejeitando o projeto de lei que criminaliza a homofobia, alegando que atenta contra a liberdade de expressão.⁴⁰ Por outro lado, cumpre observar que Dilma e Serra manifestaram-se favoráveis à união civil de homossexuais.

Em 6 de outubro, integrantes da cúpula tucana, durante reunião em Brasília, receberam panfletos contendo instruções de como difundir campanha anti-Dilma na internet, recomendações para visitar o *site* do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (fundador do grupo católico TFP) e críticas severas ao III PNDH.⁴¹ “O PNDH-3”, acusava o panfleto, “é um projeto de lei que tem por objetivo implantar em nossas leis a legalização do aborto, acabar com o direito da propriedade privada, limitar a liberdade religiosa, perseguir cristãos, legalizar a prostituição (e onde fica a dignidade dessas mulheres?), manipular e controlar os meios de comunicação, acabar com a liberdade de imprensa, taxas sobre fortunas o que afastará investimentos, dentre outros. É um decreto preparatório para um regime ditatorial”.⁴² O jornalista Fernando Rodrigues divulgou o ocorrido na reunião da cúpula tucana, associando, assim, a campanha do candidato de oposição ao conservadorismo ultra-direitista da TFP e, em parte, às acusações apócrifas contra o governo Lula, a candidata petista e o Partido dos Trabalhadores.

Poucos dias depois, nova bomba atingiu a campanha oposicionista. Em 14 de outubro, numa caminhada com Índio da Costa em Nova Iguaçu, Bai-

³⁹ Os evangélicos, em sua maioria, consideram a homossexualidade antibíblica, pecaminosa, imoral e patológica e formam o grupo religioso mais homofóbico do país (Bohn, 2004).

⁴⁰ *O Globo*, 7 de outubro de 2010.

⁴¹ O Instituto Plínio Corrêa de Oliveira não detém, legalmente, o direito de usar a sigla TFP, que se tornou de domínio de uma dissidência da TFP original.

⁴² http://uolpolitica.blog.uol.com.br/arch2010-10-03_2010-10-09.html

xada Fluminense, Mônica Serra, esposa do ex-governador paulista, afirmou a um eleitor evangélico que Dilma, por sua posição relativa ao aborto, era a favor de “matar criancinhas”. Mas o feitiço recaiu sobre o feiticeiro. Matéria publicada pela *Folha de S. Paulo*, de 16 de outubro, trouxe relato de ex-aluna de Mônica Serra revelando que a ex-professora contara ter feito um aborto na juventude, depoimento que foi confirmado por outra ex-aluna. A estapafúrdia declaração da ex-primeira dama paulista e os panfletos tucanos “estilo TFP” deram a Dilma, em debates televisivos e entrevistas, oportunidades únicas para acusar a campanha do adversário de atingi-la com “calúnias, mentiras e difamações” e, por meio disso, desmoralizá-las e debilitá-las em boa medida.⁴³

Defendendo-se de acusações de instrumentalizar politicamente questões e grupos religiosos, de estimular um clima eleitoral inquisitorial e de patrocinar parte das calúnias contra a petista, Serra, após participar da missa em Aparecida em comemoração ao feriado da padroeira, alegou que foi o III PNDH, proposto pelo governo Lula, que tornou o aborto tema central da campanha presidencial. Não obstante o III PNDH ter desencadeado a reação de oposição católica e, posteriormente, evangélica, o fato é que a campanha tucana transformou questões morais e religiosas em poderosas armas eleitorais e de combate político no segundo turno, visando tentar superar eleitoralmente a adversária, bem como constrangê-la e desqualificá-la.

A campanha tucana manteve, até o final do segundo turno, acirrada marcação sobre o eleitorado religioso. Em 15 de outubro, correligionários de Serra distribuíram santinhos (cartões plastificados com tiragem de dois milhões de exemplares) com foto e assinatura do candidato em encontro com professores em São Paulo, contendo, de um lado, a frase “Jesus é a verdade e a Justiça”, de outro, destacando que “Serra é do bem”.⁴⁴ Enquanto isso, o pastor assembleiano Alcides Cantóia Jr., responsável pela coordenação de evangélicos da campanha tucana em São Paulo, disparava pelo menos 150 telefonemas diários prometendo parcerias entre governo e igrejas e entidades evangélicas em troca de apoio eleitoral ao tucano.⁴⁵

⁴³ *Folha de S. Paulo*, 11 de outubro de 2010.

⁴⁴ *O Dia online*, 16 de outubro de 2010.

⁴⁵ *Folha de S. Paulo*, 21 de outubro de 2010.

Em 28 de outubro, o papa Bento XVI, em reunião com bispos do Maranhão, declarou ser um dever dos bispos brasileiros emitirem juízo moral em matérias políticas para defender o direito à vida desde a concepção.⁴⁶ O papa acabou por legitimar e reforçar a posição política defendida no pleito presidencial pelo clero católico moral e politicamente conservador no país e seu ativismo público em disputas eleitorais. Assim, deu fôlego para que discussões morais e religiosas pautassem a campanha presidencial até os momentos derradeiros do segundo turno.

Antes mesmo que o papa viesse a público, em 21 de outubro, o presidente da CNBB, D. Geraldo Lyrio Rocha, questionado, defendeu que a questão do aborto, tema que considera de “máxima relevância”, deveria ser debatida na eleição presidencial. Recusou a acusação de que a Igreja Católica estaria se intrometendo em um âmbito fora de sua competência ou querendo “impor seus dogmas” ao Estado, alegando que “Estado laico não é sinônimo de Estado ateu ou antirreligioso”.⁴⁷ O fato é que a eleição presidencial de 2010 marcou a emergência dos conservadores católicos na política nacional desde o princípio da redemocratização. Sabe-se que a ala moral e politicamente conservadora dominou longamente o ativismo político católico, por exemplo, nas décadas de 1930, por meio da Liga Eleitoral Católica, e de 1970, quando empenhou-se numa ferrenha luta contra a aprovação da lei que permitiu o divórcio. Mas, desde o fim da ditadura militar, o protagonismo político no catolicismo nacional foi exercido pela ala dita progressista, que, inclusive, apoiou, de forma mais ou menos pública, Lula e seu partido em consecutivos pleitos eleitorais. A CNBB, por sua vez, tradicionalmente, não apóia nem veta candidatos e partidos políticos. E assim se manteve em 2010. Mas seus dirigentes, que defenderam o direito dos padres e bispos de orientarem politicamente os paroquianos, assistiram à emergência de um aguerrido ativismo político de representantes da ala conservadora, incluindo membros do episcopado, de lideranças regionais da CNBB e de sacerdotes do movimento carismático. Definitivamente, foi a ala católica conservadora,

⁴⁶ *Folha de S. Paulo*, 29 de outubro de 2010.

⁴⁷ *Folha de S. Paulo*, 22 de outubro de 2010.

junto com dirigentes e políticos evangélicos, sobretudo pentecostais, que pautou a campanha presidencial e praticamente impediu os candidatos à Presidência da República de debater o aborto a partir de perspectivas seculares das áreas da saúde pública, da medicina e dos direitos reprodutivos. A fim de assegurar sua moralidade tradicionalista e estrita para o conjunto da sociedade, dirigentes e políticos católicos e evangélicos, reproduzindo a “dobradinha” de seus representantes parlamentares no Congresso Nacional, conseguiram impor enormes obstáculos à secularização do debate sobre a descriminalização do aborto e a criminalização da homofobia e ao tratamento racional e humanitário às mulheres que abortam. Com esse intento, revelaram extrema eficiência no uso da mídia religiosa, da internet, das redes sociais e mesmo dos cultos religiosos para opor-se, por exemplo, à descriminalização do aborto, à união civil de homossexuais e defender “a vida”, a moral sexual e familiar cristã tradicional.

Em consonância com o ideário dos grupos cristãos moralmente conservadores, o último programa tucano no rádio explorou justamente o discurso do papa Bento XVI contra o aborto. Ao passo que o polêmico pastor Silas Malafaia, dirigente da Associação Vitória em Cristo, foi um dos protagonistas da campanha de Serra na tevê, tendo participação assegurada no último programa eleitoral.⁴⁸

Pesquisa realizada pelo Datafolha em 29 e 30 de outubro revelou que Dilma e Serra tinham 51% e 41% dos votos respectivamente no final do segundo turno, havendo, portanto, uma diferença de 10 pontos percentuais entre eles. No eleitorado evangélico, a petista superava o tucano por 47% a 44% entre os pentecostais e ambos empatavam entre os protestantes históricos, em 45%.⁴⁹ Cabe observar que os pentecostais, por sua posição de classe, dotados de baixa renda e escolaridade, tem perfil social semelhante ao do eleitorado que inclinou-se a votar majoritariamente na candidata petista. Mas isso não ocorreu entre os pentecostais, cuja intenção de voto

⁴⁸ Cabe mencionar que Silas Malafaia e Edir Macedo enfrentaram-se asperamente na internet em defesa de seus respectivos candidatos à Presidência.

⁴⁹ *Folha de S. Paulo*, 31 de outubro de 2010.

na petista manteve-se abaixo da obtida pela candidata no conjunto de seu eleitorado. Uma das razões disso, bem provavelmente, foi a forte campanha de oposição desencadeada contra Dilma e a tradicional resistência de parte do eleitorado pentecostal em relação ao PT por motivos políticos e religiosos.

De todo modo, os dados da referida pesquisa demonstram que a campanha petista conseguiu, a partir do final do primeiro turno, reverter, em boa medida, seu declínio nesse segmento religioso e até conquistar considerável parte de seus votos. Presume-se, assim, que a “tropa de choque” evangélica (e também a católica) foi eficiente para blindar a candidatura da petista no segundo turno contra os boatos religiosos, estancar e reverter sua queda. Com isso, a estratégia da campanha tucana focada no eleitorado religioso revelou-se limitada e incapaz de alavancar a candidatura de Serra.

Observa-se, à guisa de conclusão, que verificou-se uma instrumentalização mútua entre política e religião no Brasil e que os maiores grupos religiosos do país conseguiram pautar a agenda, o discurso e compromissos dos presidentiáveis. Tamanho empenho dos candidatos à Presidência da República para atender às demandas e exigências de dirigentes católicos e evangélicos conservadores ocorreu em função do fato de que esses líderes e grupos religiosos têm elevada influência e poder na esfera pública *stricto sensu*. Influência e poder religiosos sobre candidatos, partidos e governantes que se ampliaram muito nas eleições de 2010, sobretudo na presidencial. Influência e poder religiosos que cresceram como nunca antes na história deste país, parafraseando o presidente Lula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOHN, Simone R. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. X, n. 2, out., 2004, pp. 288-338.

BURITY, Joanildo. *Identidade e política no campo religioso*. Recife, IPESPE, Editora Universitária/UFPE, 1997.

MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antônio Flávio. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos Cebrap*, n. 34, 1992, p. 92-106.

MARIANO Ricardo, HOFF Marcio, DANTAS Toty Ypiranga. Evangélicos sanguessugas, presidenciáveis e candidatos gaúchos: a disputa pelo voto dos grupos religiosos. *Debates do NER*, Porto Alegre, n. 7 (10), 2006, pp. 65-78.

MORATO, Joana. *Quero ver a mão do Senhor tocar em Porto Alegre: Um estudo de caso dos partidos PRB e PSC nas eleições municipais de 2008, em Porto Alegre*. TCC, Ciências Sociais, UFRGS, 2010.

ORO, Ari Pedro. Ascension et déclin du pentecôtisme politique au Brésil. In: *Archives de Sciences Sociales des religions*. Paris, N. 149, 2010, p. 151-168.

_____. "Religious Politicians" and "Secular Politicians" in Southern Brazil. In: *Social Compass*, V. 54(4), 2007, p. 583-592.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. *Ciências Sociais Hoje*, 1989. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais, ANPOCS, 1989, p. 104-132.

_____ & PRANDI, Reginaldo. Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994. In: PIERUCCI, Antônio Flávio e PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil. Religião, sociedade e política*. São Paulo: Hucitec, 1996.

PRANDI, Reginaldo. *Os candomblés de São Paulo*. São Paulo, Hucitec, 1991.

SANCHIS, Pierre. Desencanto e formas contemporâneas do religioso. In: *Ciencias Sociales y Religión*, Porto Alegre, Ano 3, N. 3, 2001, pp. 27-43.